

Informação a comunicar no âmbito da aplicação do Regulamento (UE) 2018/1805 do Parlamento e do Conselho, de 14 de novembro de 2018 relativo ao reconhecimento mútuo das decisões de apreensão e perda

Informação a comunicar nos termos do artigo 24.º, nº 1 do Regulamento(UE) 2018/1805:

- a) Para efeitos de reconhecimento mútuo de uma **decisão de perda**, são autoridades nacionais competentes, na aceção dos n.ºs 8 e 9 do artigo 2.º do Regulamento:

- **Enquanto Estado de emissão**

O Tribunal que proferiu a decisão de perda (artigo 7.º da Lei nº 88/2009, de 31 de agosto).

- **Enquanto Estado de execução**

O tribunal da comarca da área da situação do bem, ou da localização do maior número de bens, ou, não sendo possível determinar o seu número, o tribunal que primeiro tomar conhecimento da decisão de perda, conforme os casos, competindo ao Ministério Público promover o processo nos termos previstos para as decisões de perda proferidas por tribunal português (artigo 11.º da Lei nº 88/2009, de 31 de agosto).

- b) Para efeitos de reconhecimento mútuo de uma **decisão de apreensão**, são autoridades nacionais competentes, na aceção dos n.ºs 8 e 9 do artigo 2.º do Regulamento:

- **Enquanto Estado de emissão**

A autoridade judiciária portuguesa competente para a mesma decisão relativamente a bens situados em Portugal (4.º da Lei nº 25/2009, de 5 de junho), ou seja:

- O Ministério Público, o juiz de instrução, ou o juiz do julgamento, consoante a natureza do bem a apreender e a fase processual;

É, ainda, autoridade competente para emitir uma decisão de apreensão a Procuradoria Europeia, sempre que exerça as suas competências de investigação e de promoção da ação penal em território nacional, conforme previsto nos artigos 22, 23 e 25 do Regulamento (UE) 2017/1939 do Conselho, de 12 de outubro de 2017, circunstância em que é equiparada ao Ministério Público nacional (Lei nº 112/2019, de setembro).

- **Enquanto Estado de execução**

O tribunal com competência para proceder à instrução criminal da área onde o bem objeto da decisão de apreensão se encontra à data da decisão, da localização da maior parte dos bens, ou, não

sendo isso possível, o tribunal que primeiro toma conhecimento da decisão de apreensão. (Artigo 11.º da Lei n.º 25/2009, de 5 de junho).